

ESTADO DE SÃO PAULO

CONGRESSO

02 MAI 1992

Gastone confirma acordo que mudou orçamento de 92

BRASÍLIA — O deputado Gastone Righi (SP), ex-líder do PTB, disse ontem que o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) foi contemplado com a inclusão de "várias" emendas no projeto de orçamento aprovado pela Comissão Mista no ano passado e que foi votado depois em plenário. Tinoco foi um dos integrantes mais influentes da comissão, cuja função era definir quais emendas seriam agregadas ao orçamento original do governo. O orçamento de 1992 recebeu mais 65 emendas da comissão depois de ser aprovado pelo plenário, e algumas eram de Tinoco. "Se Tinoco incluiu mais emendas suas no projeto, é sinal de que alguns parlamentares se beneficiaram com a manipulação do orçamento", disse Righi.

Como líder do PTB, Righi acompanhou de perto no ano passado as negociações em torno do projeto do orçamento deste ano. Ele confirmou a existência de um acordo partidário que permitiu as alterações efetuadas no projeto depois da sua aprovação pelo plenário do Congresso. "O ano legislativo estava acabando e a negociação foi uma forma de acalmar os parlamentares que não tinham conseguido aprovar nenhuma emenda", explicou. Tinoco, como um dos notáveis da comissão, não teria direito a mais emendas, segundo Righi, porque já tinha emplacado as que queria na fase anterior do trabalho da comissão. Após a aprovação em plenário, só caberia à comissão ordenar o projeto sem novos acréscimos.

A manipulação do orçamento após sua aprovação foi revelada na semana passada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo ele, Tinoco incluiu quatro emendas de sua autoria no projeto. A assessoria de Suplicy constatou a existência de 65 emendas irregulares, mas só divulgou 45. O atual presidente da Comissão Mista de Orçamento, Messias Gois (PFL-SE), garante que não houve nenhuma fraude, e que todas as mudanças efetuadas no orçamento após sua passagem pelo plenário estavam respaldadas no acordo fechado pelos partidos.

Explicações — O presidente do Congresso, senador Mauro Be-nevides (PMDB-CE), pretende ouvir nos próximos dias explicações de Gois e Tinoco, que após a aprovação coordenaram o trabalho de montagem do orçamento no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). De acordo com as denúncias de Suplicy, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza — na época, relator-geral da Comissão Mista — foi quem acrescentou o maior número de emendas ao projeto e teria se beneficiado politicamente com as mudanças no orçamento.